

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NA EDUCAÇÃO BÁSICA

DIELMA MARQUES XAVIER¹
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Resumo

Neste estudo, objetivamos analisar os desafios e dificuldades enfrentados na educação básica na implementação da lei federal 10.639/2003, especificamente, no que se refere a política de educação básica. A pesquisa foi conduzida com base em um estudo de natureza teórica e empírica, dado que as informações coletadas e analisadas proporcionaram uma investigação sobre os desafios e possibilidades da implementação da lei 10.639/2003 na educação básica. Quanto à tipo de pesquisa, optou-se por uma pesquisa do tipo descritivo-exploratória. Exploratória, pois objetivou identificar e explorar os desafios e obstáculos da implementação da lei 10.639/2003 na rede de ensino; e descritiva, visto que retrata, expõe, interpreta e descreve os fatores que dificultam a execução da legislação no âmbito escolar mediante suporte de dados secundários e informações documentais. Os resultados apontam a lei 10.639/2003 enfrenta grandes problemas em sua implementação, principalmente com a baixa efetivação, desinteresse por questões étnico-raciais, não está restrito apenas às questões de racismo, discriminação, preconceito e ao mito da democracia racial.

Palavras-chave: Educação. Lei 10.639/2003. Relações étnico-raciais

892

Abstract

In this study, we aimed to analyze the challenges and difficulties faced by basic education in implementing federal law 10.639/2003, specifically with regard to basic education policy. The research was conducted on the basis of a study of a theoretical and empirical nature, given that the information collected and analyzed provided an investigation into the challenges and possibilities of implementing Law 10.639/2003 in basic education. As for the type of research, we opted for a descriptive-exploratory study. Exploratory, as it aimed to identify and explore the challenges and obstacles to the implementation of Law 10.639/2003 in the school network; and descriptive, as it portrays, exposes, interprets and describes the factors that hinder the implementation of legislation in the school environment through the support of secondary data and documentary information. The results show that Law 10.639/2003 faces major problems in its implementation, mainly due to low implementation, lack of interest in ethnic-racial issues, and is not restricted to issues of racism, discrimination, prejudice and the myth of racial democracy.

Keywords: Education. Law 10.639/2003. Ethnic-racial relations

Introdução

¹ Dielma Marques Xavier, pós graduanda em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade na Formação De Educadoras/Es pela Universidade do Estado da Bahia.

Mesmo após fim da escravidão, a desigualdade, preconceito e discriminação, ainda persistem na nossa sociedade traços da colonização do país. De acordo Almeida (2018), o racismo decorre de marcas deixadas pela escravidão e pelo colonialismo que mesmo após o fim do período escravocrata as ideias, padrões mentais e institucionais racistas permanecem ligados as sociedades contemporâneas. Do mesmo modo, o autor acrescenta que a desigualdade racial trata-se não somente de vestígios do regime escravista, mas também constituídos por elementos da modernidade e do capitalismo, assim, o racismo estrutural é constituído por relações mercantis e de classe.

Segundo Oliveira e Costa (2022) a educação brasileira tem como origem uma centralidade cultural e política europeu que, por sua vez, estão enraizadas nas instituições disseminando estereótipos e ideologias que contribuem para que a escola dissemine ideias, práticas racistas e discriminatórias.

Diante desse contexto, o Estado passou a reconhecer a dimensão de uma abordagem multicultural da educação e a necessidade de incluir na rede de ensino abordagens de relações sociais. Entende-se assim que o ambiente escolar é essencial para estabelecer uma conexão com a história e cultura negra. A educação tem como princípio a transformação da consciência por meio do conhecimento, a análise e a capacitação de pensar sobre as diversas culturas, assim, traz o entendimento da diversidade buscando a desconstrução dos estereótipos.

A lei 10.639/2003 determina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos de educação básica no Brasil. A aprovação dessa lei é uma reparação histórica das desigualdades com a população negra no Brasil, sendo considerado um marco. Dessa forma, a lei 10.639/2003 tem caráter compensatório, visa à desconstrução de estereótipos deixados pelo longo período de escravização. Assim, a lei 10.639/2003 é um instrumento que “tem o potencial de permitir aos alunos negros o reconhecimento e a valorização, subjetivos e simbólicos, de sua identidade e de sua importância na formação da sociedade brasileira” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2017, p.57).

A população negra por séculos vem lutando por seus direitos, espaço na sociedade e buscando diante do conhecimento e da apropriação de valores e atitudes pautados na igualdade de direitos e no respeito às diferenças que por muito tempo silenciadas e exclusas.

Todavia, torna-se necessário pesquisar os desafios enfrentados na implementação da Lei 10.639/2003. Pois, a necessidade de entender as dificuldades e desafios do processo de implementação dessa legislação e sua importância e contribuição para erradicar as desigualdades sociais e raciais. Pretende-se com ele, do ponto de vista acadêmico, entender tal

contexto e contribuir para o desenvolvimento e melhoria das políticas públicas voltadas para educação básica. Estudar questões raciais na sociedade atual se faz importante para compreender e debater em torno de questões relacionadas à étnico-racial, entender a relevância da instituição da lei, identificar seu papel quanto a valorização e respeito a diversidade social, cultural e histórica do nosso país. Ademais, contribuir para o desenvolvimento de políticas que favoreçam a diversidade e que contribua para a redução das desigualdades.

Mesmo diante de progressos, a inserção da Lei 10.639/2003 perpassa por diversos desafios. Apesar de ser um grande avanço da democratização sociopolítica e da socialização étnico-racial dentro do currículo escolar muitos são os obstáculos da aplicabilidade e diversas dificuldades no processo de implantação da Lei 10.639/2003.

Assim, o presente trabalho tem como finalidade verificar obstáculos à implantação da lei e políticas públicas introduzidas com o objetivo de subsidiar a implementação. Diante do exposto, a presente pesquisa levanta o seguinte problema: Quais os desafios e dificuldades enfrentados na educação básica na implementação da lei federal 10.639/2003? Assim, esta pesquisa visa realizar uma investigação de análises de informações referentes à lei federal 10.639/2003 e sua aplicabilidade na educação básica.

Lei 10.639/2003 e Educação Brasileira: percurso e percalços

894

O período escravocrata no território brasileiro teve início por volta da década de 1530 e permaneceu legalmente até 1888. Então, desde o período colonial, a escravidão passou por diversos momentos de instabilidade que levaram ao seu declínio. (SOUZA FILHO; MARTINS, 2022). Por sua vez, os vestígios do passado escravocrata perpetuam até os dias atuais, principalmente, o preconceito e da discriminação racial são barreiras na vida cotidiana e educacional, agem como agravantes no desenvolvimento da personalidade e subjetividade.

Desta forma, é fundamental debater os impactos da realidade discriminatória e preconceituosa que os estudantes negros vivenciam no ambiente escolar e que contribuem para uma ordem social desigual e injusta (SOUZA FILHO; MARTINS, 2022).

Entende-se que a escravidão seja um fato importante da história brasileira, pela sua longa duração e as consequências encadeadas em nossa realidade social até os dias atuais. Abordar essa temática possibilita, inclusive, expor a realidade de exploração e desrespeito dos indivíduos que foram submetidos a escravidão, demonstrando "as desigualdades sociais como efeitos dessa violência centenária, com implicações raciais, e, assim, possibilitando a compreensão da necessidade de reparação de tais injustiças" (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p.89)

Souza Filho e Martins (2022) pontuam que o histórico escravocrata do Brasil, o “racismo cordial” típico da sociedade brasileira, as práticas discriminatórias e racistas silenciadas, as características e símbolos negativos associados a cor negra e entranhado na linguagem, a maneira como a cultura africana são retratadas ou omitidas na literatura, os fatores condicionantes e determinantes históricos que geram obstáculos que impedem e que geram desiguais são aspectos primordiais no estudo das questões étnico-raciais e das desigualdades raciais e sociais, dado que são as relações sociais nas quais o indivíduo está envolvido.

Matos e França (2021) enfatizam a socialização racial no qual que focam na preparação dos jovens para lidar com os estereótipos raciais e com o racismo. Por sua vez, Matos e França (2021) destacam também a socialização étnica que se refere ocorre por meio da propagação da cultura, a história, os costumes do grupo ao qual pertencem, ou seja, passar os ensinamentos sobre o que significa fazer parte daquele grupo e estimulá-los a aprenderem algo sobre o grupo racial do qual fazem parte. As implicações da socialização racial e étnica são fundamentais, pois, buscam investigar a identidade étnica, autoestima, capacidade para o enfrentamento ao preconceito, a discriminação e racismo no ambiente escolar (MATOS; FRANÇA, 2021). Matos e França (2021, p.3) ainda enfatizam a importância de ressaltar:

as práticas escolares como forma de os saberes dos grupos historicamente discriminados colaboram para que a escola seja um espaço mais democrático na produção e difusão dos conhecimentos, não apenas para os alunos negros como também para todos os sujeitos que estão inseridos nos mais diversos grupos que colaboraram para a construção da sociedade brasileira” (MATOS; FRANÇA, 2021, p. 3)

895

Evidente que diante da complexidade que envolve as relações étnico-raciais, entender o papel que compete à rede escolar no desenvolvimento da socialização dos sujeitos é fundamental. De acordo com Matos e França (2021, p.3) é "essencial a existência de estudos que investiguem as práticas educativas que informam acerca dos saberes oriundos do povo negro e influenciam na redução do racismo e na construção da identidade dos sujeitos” (MATOS; FRANÇA, 2021, p. 3). Os autores denotam que a educação para as relações étnico-raciais está diretamente relacionada com a criação e desenvolvimento das políticas públicas inseridas no processo educativo de alunos negros e brancos.

Matos e França (2021, p. 2) assinalam que “é possível encontrar pedagogias de combate ao racismo e à discriminação, as quais defendem o fortalecimento da consciência negra nos negros e o despertar dessa consciência nos brancos” (MATOS; FRANÇA, 2021, p. 2). Quando se trata de medidas institucionais que contemplam o fortalecimento da história e cultura afro-brasileira destaca-se a Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003). A Lei nº 10.639/2003 abrange as

reivindicações do movimento negro no Brasil e é dentro desse cenário que reforça-se a importância de leis que amparam políticas afirmativas como a Lei n 10.639/2003. No que diz a respeito à lei 10.639/03, “ela regula a hegemonia do conhecimento eurocêntrico e socialmente valorizados pela secular elite brasileira nos currículos escolares” (OLIVEIRA; SILVA, 2017, p. 185).

Segundo Senra, Moreira e Santos (2017) o surgimento dessa lei permite o reconhecimento igualitário das diversas matrizes formativas da sociedade brasileira, em especial, a contribuição da África, de seus povos e de seus descendentes brasileiros para a cultura afro-brasileira. Além disso, a Lei 10.639/2003 é considerada um marco de grande relevância histórica do Brasil, pois engloba um dos principais pilares das desigualdades da sociedade brasileira: a educação.

Vale destacar que a lei 10.639/2003 abrange iniciativas de valorização do papel histórico dos negros no Brasil, principalmente, a inclusão do dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (SENRA; MOREIRA; SANTOS, 2017). Do mesmo modo, Oliveira e Silva (2017, p.187) salientam que “ela (a lei) obriga o ensino dos conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros. Ela vem regular a hegemonia dos currículos educacionais porque eles foram construídos a partir de modelos e conteúdos educacionais europeus”.

No que diz respeito a Lei 10.639/2003 é trata-se de uma política focal perante as políticas estruturantes do sistema de ensino que se apresenta com a finalidade de garantir uma educação que respeite e valorize a multiplicidade étnica e racial no combate às práticas racistas e garantido o acesso e permanência da população negra nas escolas (OLIVEIRA; COSTA, 2022). Embora as leis não tenham capacidade intrinsecamente de erradicar das pessoas pensamentos enraizados provenientes dos sistemas sociais que os edificaram, sabemos que a educação tem o potencial de questionar e desconstruir os estereótipos sobre superioridade e inferioridade introduzidos pela cultura racista.

Assim, a aprovação e a implementação dessa legislação, ocorreu em detrimento das pressões sociais e reivindicações do movimento negro brasileiro, assim, os avanços na efetivação de direitos sociais educacionais implica o reconhecimento da necessidade de superação de imaginários, representações sociais, discursos e práticas racistas na educação (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016). Almeida e Sanchez (2016, p. 83) citam que:

A Lei 10.639/2003 é representativa como conquista democrática por ser fruto de uma longa história de lutas das populações negras pela igualdade de direitos e representar o reconhecimento – ao menos do ponto de vista legal – da contribuição da população Africana e afrodescendente para a formação do Brasil.

Espírito-Santo et al (2023) evidenciaram que mesmo a lei trate sobre o ensino de conteúdos de história e cultura Afro-brasileiras, ainda é necessário que o currículo e a proposta pedagógica sejam da originários e fruto da riqueza de conhecimentos e prismas epistemológicos que reside em nossa diversidade cultural.

Alves, Teixeira e Santos (2022) apontam em seu estudo que a existência da Lei nº 10.639/2003 não é suficiente para erradicar as desigualdades racial dentro da escola. Pois, a implementação da legislação é deficitária, principalmente, a falta de medidas efetivas de combate a evasão e repetência escolar, por sua vez, são mais acentuadas na população negra. Outras questões levantadas pelos autores, são a respeito a qualidade dos cursos de aperfeiçoamento docente e outros profissionais ligados à educação. Além disso, as dificuldades de implementação das iniciativas institucionais e os obstáculos individuais de educadores(as) para trabalhar com a temática mesmo diante da capacitação.

Procedimentos metodológicos

Lakatos e Marconi (2003) determinam que pesquisa trata-se de um procedimento formal de caráter reflexivo, que exige um tratamento científico e consiste na finalidade de observar a realidade ou para identificar e compreender verdades parciais.

Partindo desse pressuposto, as pesquisas científicas podem ser classificadas como teóricas e empíricas. Assim, a pesquisa teórica tem como objetivo produzir conhecimentos novos e essenciais para o avanço do conhecimento científico sem aplicação prática prevista, abrange verdades e interesses universais. Por outro lado, a pesquisa empírica busca estimular o conhecimento científico para aplicabilidade prática voltada à solução de problemas específicos, implicando verdades e interesses locais (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Por conseguinte, este artigo consiste em um estudo de natureza teórica e empírica, dado que as informações a coletadas mediante suporte de dados secundários e informações documentais que foram analisadas e proporcionarão uma investigação sobre os desafios e possibilidades da implementação da lei 10.639/2003 na educação básica. Quanto à tipo de pesquisa, optou-se por uma pesquisa do tipo descritivo-exploratória. Exploratória, pois objetiva identificar e explorar os desafios e obstáculos da implementação da lei 10.639/2003 na rede de ensino; e descritiva, dado que objetiva retratar, expor, interpretar e descrever os fatores que dificultam a execução da legislação no âmbito escolar mediante suporte de dados secundários e informações documentais.

Lei 10.639/2003: entre o ideal e o real

Para entender como vem se dando a implementação da lei n° 10.639/2003 foi realizado um levantamento bibliográfico de periódicos e artigos científicos com a finalidade de sintetizar os resultados, análises e discussões das pesquisas científicas.

Nas pesquisas realizadas por Diallo e Lima (2022) observaram que a reestruturação das matrizes curriculares está relacionada à dedicação dos professores pesquisadores da área pelo reconhecimento da importância da temática do que efetivação das exigências legais. Ademais, constataram que envolvimento institucional não dão muita relevância à temática além das ações desenvolvidas pelos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Africanos (NEABs). Em síntese, com a inclusão obrigatória da temática na Educação Básica pública e privada, tem exigido dos cursos de formação de professores novos parâmetros curriculares para que atenda as necessidades legais, tendo em vista que o atendimento ainda é deficitário.

Conforme Diallo e Lima (2022), a análise do objetivo de pesquisa do estudo dos autores considerar que assim condições políticas e pedagógicas as quais foram construídas as ações para inserção da temática nos cursos de licenciatura, geralmente estão ligadas às ações desenvolvidas individualmente, por docentes com abordagens antirracistas e pesquisadores das relações étnico-raciais. Logo, a ausência de ações conjuntas abrangendo os cursos e as pré-reitorias de ensino, pois, as inclusões assistidas resultaram das ações de docentes envolvidos com a luta antirracista e dispostos a disputar espaços nas matrizes curriculares hegemônicas.

No estudo de Paula e Guimarães (2014), o levantamento aponta a temática étnico-racial não tinha muita visibilidade em décadas anteriores a década de 2000, principalmente para as instituições de educação e pesquisa, em especial aquelas voltadas para a formação dos professores para a educação básica e para o ensino superior e foi a partir na década de 2000 que se tornou um dos temas com crescente no campo da pesquisa, do ensino e da extensão. Paula e Guimarães (2014) constaram diversas barreiras que dificultaram as investigações acerca da temática: a identidade do professor, os saberes, a religiosidade, as práticas pedagógicas, os currículos e o arcabouço legal. Em suma, a lei federal 10.639/2003 tornou-se um marco político, legal e histórico, torna-se basilar para a implementação da obrigatoriedade do estudo da história e da Cultura Africana e Afro-brasileira.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Geledés Instituto da Mulher Negra e pelo Instituto Alana (2023), foram consultados 1.187 gestores de secretarias municipais, representando 21% das redes de ensino, para avaliar o cumprimento da legislação. A pesquisa enfatiza que os municípios detêm a principal responsabilidade pela educação básica. Dos entrevistados, 29% das secretarias demonstraram consistentes e contínuas práticas em

conformidade com a lei; 53% realizam atividades periódicas, embora com projetos isolados em datas dispersas; enquanto 18% não implementam qualquer tipo de ação nesse sentido. Esse mesmo estudo constatou que a maioria delas (71%) está negligenciando a implementação da Lei 10.639/2003, que há duas décadas exige o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas como medida de combate ao racismo.

Conforme dados da pesquisa, a maioria das redes consultadas na pesquisa indicou que realizam iniciativas de apoio às escolas e que integram os conteúdos em seus Projetos Político-Pedagógicos (PPPs). Nesse contexto, 57% afirmaram oferecer capacitação aos profissionais de educação. No entanto, é notável a baixa proporção de secretarias que monitoram os indicadores de desempenho e desigualdades educacionais segmentados por raça/cor. Importa destacar que a maior parte das ações mencionadas é episódica e concentra-se em novembro, o mês dedicado à celebração do Dia da Consciência Negra. A maioria dos municípios não monitora os indicadores de aprendizagem e desempenho levando em consideração a raça dos estudantes. Esse acompanhamento é um pouco mais frequente entre os municípios localizados nas regiões Norte e Nordeste. Apenas 24% das redes de ensino realizam esse acompanhamento, enquanto 10% não possuem essa informação disponível.

Nas diversas escolas visitadas, são encontrados projetos significativos sendo desenvolvidos por grupos de profissionais. No entanto, simultaneamente, dentro da mesma instituição, alguns professores desconhecem esse processo histórico e não têm familiaridade com a Lei 10.639/2003 e suas Diretrizes. Alguns mantêm apenas um conhecimento superficial sobre elas, e em alguns casos, até resistem, considerando-as uma imposição do Estado ou uma "lei dos negros". (GOMES; JESUS, 2013). Gomes e Jesus (2013) apontam que nas escolas onde o mito da democracia racial se mostrou mais presente nos depoimentos coletados revelaram uma forte influência dessa concepção e imaginário social e pedagógico sobre a diversidade. Nessas instituições, as práticas são mais individualizadas, os projetos têm menos envolvimento do coletivo de profissionais e há pouco investimento na formação continuada em conformidade com a lei e suas Diretrizes. Conseqüentemente, essas escolas apresentam níveis mais baixos de enraizamento e sustentabilidade. Os autores complementam que os conhecimentos dos próprios professores sobre as relações étnico-raciais e a História da África ainda são superficiais, permeados por estereótipos e, às vezes, confusos. Os grupos de discussão com os estudantes revelaram essa situação. Embora o trabalho sobre a educação e relações étnico-raciais tenha sensibilizado os estudantes sobre a dimensão ética do racismo, preconceito e discriminação

racial, oferece-lhes pouco conhecimento conceitual sobre a África e sua inter-relação com as questões afro-brasileiras.

As pesquisas sobre a implementação da Lei 10.639/2003 revelam desafios significativos, mas também apontam para oportunidades e perspectivas de avanço no ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras. Embora existam obstáculos como a falta de formação dos professores, a escassez de materiais didáticos adequados e resistências culturais e institucionais, é evidente que a legislação desempenha um papel crucial na promoção da igualdade racial e na valorização da diversidade étnico-cultural do Brasil. Nota-se, a necessidade de investimento em formação continuada para os professores, desenvolver materiais didáticos inclusivos e promover políticas educacionais que apoiem a implementação efetiva da Lei 10.639/2003.

Considerações Finais ou Conclusão

Em um país com a dimensão do Brasil e com a complexidade de desafios sociais que ainda caminham lentamente em prol da transparência pública, saber o significado e a importância das políticas públicas é algo básico e essencial. As políticas públicas estão diretamente relacionadas com o planejamento do setor público, a qualidade desse planejamento e sua efetivação que estão relacionadas com a qualidade da nossa vida em sociedade. Dessa forma, a Lei 10.639/2003 desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, ao promover o reconhecimento e o respeito à diversidade étnico-cultural do povo brasileiro.

Diante do cenário racista vivenciado na sociedade, a Lei 10.639/2003 tem como objetivo contribuir e consolidar a identidade da população negra, desconstruindo ideias errôneas disseminadas e que estão enraizadas no pensamento das pessoas. Ademais, a educação que um papel substancial na construção da identidade dos alunos negros, como também tem o dever de empenha-se em compreender e respeitar as inúmeras identidades construídas nas relações entre os indivíduos que partilham desse ambiente.

Uma das principais maneiras de combater o racismo é através da educação, e é nesse contexto que a lei 10.639/2003 desempenha um papel fundamental ao incluir o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, a legislação busca não apenas corrigir distorções históricas e promover uma visão mais inclusiva do passado, mas também fortalecer a identidade dos alunos negros.

A atuação indutora das secretarias de Educação, juntamente com a gestão escolar na promoção de processos de formação em serviço e na criação de condições para formação continuada, é um componente crucial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas alinhadas com a lei 10.639/2003 e suas diretrizes.

No entanto, a lei 10.639/2003 enfrenta grandes problemas em sua implementação, principalmente com a baixa efetivação, desinteresse por questões étnico-raciais, observado em algumas escolas, não está restrito apenas às questões de racismo, discriminação, preconceito e ao mito da democracia racial. Está também relacionado à forma como os educadores lidam com questões políticas e pedagógicas mais amplas, como formas autoritárias de gestão, falta de compromisso com o público, desmotivação em relação à carreira docente e visões políticas conservadoras. Uma das maiores dificuldades na implementação da Lei 10.639/2003 é a resistência cultural e institucional. Muitas vezes, as escolas e os educadores enfrentam obstáculos para incorporar efetivamente o ensino da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar.

É relevante destacar que a implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas públicas está ligada à democratização da gestão, ou seja, à criação de canais democráticos que garantam a participação efetiva, aprendizado do processo democrático e revisão das estruturas de poder autoritário presentes nas relações sociais e práticas educativas. Superar essas barreiras requer um esforço conjunto de educadores, gestores educacionais, formuladores de políticas públicas e toda a sociedade.

Logo, é fundamental investir em formação continuada para os professores, desenvolver materiais didáticos adequados, promover a conscientização sobre a importância da diversidade étnico-cultural e garantir o apoio institucional necessário para que as escolas possam cumprir efetivamente a legislação.

Referências

ALMEIDA, M. A. B., SANCHEZ, L. P.. Implementação da Lei 10.639/2003 -competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **Pro-posições**, 2017, 28(1), 55–80. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0141>.

ALMEIDA, M. A. B. ; SANCHEZ, L. P. ENEM: FERRAMENTA DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 - COMPETÊNCIAS PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL?.

Educação Em Revista, 32(1), 79–103, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698141429>. Acesso em: 30. Nov. 2023

BRASIL. Lei.10.639/03, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 10 jan. 2003. P. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 28. Nov. 2023
ALMEIDA, S. L. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, L.; TEIXEIRA, D.; SANTOS, W. N. Educação da infância e combate ao racismo: a implementação da Lei nº 10.639/2003 na percepção de professores e professoras. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. 2022, v. 103, n. 264, pp. 450-465. Disponível em: <<https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.103i264.4897>>.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. 158p.

DIALLO, C. S; LIMA, C. A. História dos afro-brasileiros, africanos e a educação antirracista: o olhar das/os professoras/es das licenciaturas. **Educação e Pesquisa**. 2022, v. 48, e234744. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248234744>.

ESPÍRITO-SANTO G. et al. Programas de pós-graduação stricto sensu em educação física. Educ Pesqui [Internet]. 2023;49:e252722. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349252722por>. Acesso em: 01. Dez. 2023

902

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2002

GOMES, N. L.; JESUS, R. E. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, n. 47, p. 19–33, jan. 2013.

INSTITUTO ALANA (São Paulo); GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA (São Paulo). **Lei 10.639/03 : a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Raquel Franzim; Suelaine Carneiro, 2023. Pesquisa completa. Disponível em: <https://alana.org.br/wp-content/uploads/2023/04/lei-10639-pesquisa.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2003. 311p.

MATOS, P. M; FRANÇA, D. X. Socialização étnico-racial e racismo: dos saberes afro-brasileiros e africanos à construção da identidade étnico-racial. Educ rev [Internet]. 2021;37:e78243. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.78243>. Acesso em: 03. Dez. 2023.

OLIVEIRA, D. B.; COSTA, T. T. Autoafirmação racial de jovens negras no projeto Abaeté Criolo: caminhos para a equidade de gênero e de raça em contextos interseccionais a partir da

Lei n. 10.639/2003. **Revista Direito**. 2022, v. 18, n. 2, e2222. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/2317-6172202222>.

OLIVEIRA, M. G.; SILVA, P. V. B. Educação Étnico-Racial e Formação Inicial de Professores: a recepção da Lei 10.639/03. *Educação & Realidade*, 42(1), 2017, 183–196. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623661123>. Acesso em : 27. Nov. 2023

PAULA, B. X.; GUIMARÃES, S. 10 anos da lei federal nº 10.639/2003 e a formação de professores: uma leitura de pesquisas científicas. **Educação e Pesquisa** . 2014, v. 40, n. 2, pp. 435-448. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022014061517>.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª ed. Universidade Feevale – Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 2013.

SENRA, A. O.; MOREIRA, M. A.; SANTOS, C. M. África, Brasil e as transformações no ENEM: a Lei no 10.639/2003. *Ensaio: Avaliação E Políticas Públicas Em Educação*, 25(97), 2017, 992–1013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017002501041>. Acesso em 26. Nov. 2023

SOUZA FILHO, E. F, MARTINS E. Contribuições da teoria histórico-cultural para a compreensão das questões raciais na educação escolar. *Educ Pesqui [Internet]*. 2022;48:e239195. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248239195>. Acesso em: 02. Dez. 2023.

Autor 1:



Dielma Marques Xavier
Graduada em Bacharelado em Administração, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e pós graduanda em Gênero, Raça, Étnia e Sexualidade na Formação De Educadoras/Es pela Universidade do Estado da Bahia.

Email: dielmaxavieradm@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3446432241381867>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7342-7422>